

## ATA NÚMERO 29/XVI/1.ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2025, pelas 13:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

1.1 - [Requerimento do CH](#) para audição urgente do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva e da Associação de representantes dos pais e encarregados de educação, sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo

### 2. Aprovação do texto final das iniciativas seguintes:

#### 2.1.

- [Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

#### 2.2.

- [PJR n.º 130/XVI/1.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar
- [PJR n.º 153/XVI/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção
- [PJR n.º 208/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e conseqüente diminuição de violência contra crianças e jovens
- [PJR n.º 304/XVI/1.ª \(L\)](#) – Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola
- [PJR n.º 390/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar

2.3.

- [Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª \(L\)](#) – Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

2.4.

- [PJR n.º 388/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo o Reforço da Reflexão e Ação sobre o Impacto dos Telemóveis em Ambiente Escolar
- [PJR n.º 391/XVI/1.ª \(L\)](#) – Por melhores condições para brincar e para estar na Escola
- [PJR n.º 392/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil

3. Discussão e votação do [Projeto de voto de congratulação n.º 519](#), do CH, *De congratulação pelo Dia Mundial da Educação*

4. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 367/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o ensino particular e cooperativo

5. Audiência à FENPROF e outras 4 organizações sindicais, para abordarem a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce na Infância (IPI) - 13h30 – Confirmada

6. Audiência à FENPROF sobre o suplemento remuneratório a docentes deslocados – 14h15 – Confirmada

7. Aprovação das atas de reuniões anteriores

Reuniões da Comissão e da Mesa e Coordenadores de 14 de janeiro e reunião da Comissão de 22 de janeiro

## 8. Comunicações da Presidente

### 8.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

#### i. Projetos de Lei – Generalidade

#### ii. Projetos de Resolução – Generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 588/XVI/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto

### 8.2. Súmulas das audições do Grupo de Trabalho do RJIES nos dias 9, 14 e 15 de janeiro, das seguintes entidades:

- [Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais \(FNSTFPS\)](#)
- [Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior \(A3ES\)](#)
- [Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior \(RPE\)](#)

### 8.3. Audiência ao [Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Me-CDPD\)](#)

## 9. Data da próxima reunião

---

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

### 1.1 - [Requerimento do CH](#) para audição urgente do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva e da Associação de representantes

dos pais e encarregados de educação, sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo

- Incluir na OD a sua discussão e votação?

A proposta de Ordem do Dia, com a inclusão do requerimento do GP do CH foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e do PCP, encontrando-se ausentes os Deputados da IL, do BE, do L e do CDS-PP.

## 2. Aprovação do texto final das iniciativas seguintes:

### 2.1.

- [Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

Suscitando o texto final que resultou da discussão e da votação desta iniciativa, algumas questões e não estando presente a Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN), a Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) disse não se sentir confortável com a redação do mesmo. Tomou de seguida a palavra a Senhora Deputada Maria José Aguiar (CH) e a Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) que se manifestaram no mesmo sentido.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou uma proposta de redação ao texto final, e os grupos parlamentares concordaram que a proposta de redação fosse enviada por escrito de modo que a mesma pudesse ser apreciada na reunião seguinte da Comissão.

Assim, este ponto ficou adiado para a próxima reunião da Comissão.

### 2.2.

- [PJR n.º 130/XVI/1.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar
- [PJR n.º 153/XVI/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção

- [PJR n.º 208/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e conseqüente diminuição de violência contra crianças e jovens
- [PJR n.º 304/XVI/1.ª \(L\)](#) – Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola
- [PJR n.º 390/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar

O texto final foi aprovado por unanimidade com votos a favor dos Deputados do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP e do L, encontrando-se ausentes os Deputados do CDS-PP.

As gravações da discussão e votação na especialidade, o texto final e o relatório de votações estão disponíveis nas páginas das iniciativas.

### 2.3.

- [Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª \(L\)](#) – Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

O texto final foi aprovado por unanimidade com votos a favor dos Deputados do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP e do L, encontrando-se ausentes os Deputados do CDS-PP.

As gravações da discussão e votação na especialidade, o texto final e o relatório de votações estão disponíveis nas páginas das iniciativas.

### 2.4.

- [PJR n.º 388/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo o Reforço da Reflexão e Ação sobre o Impacto dos Telemóveis em Ambiente Escolar
- [PJR n.º 391/XVI/1.ª \(L\)](#) – Por melhores condições para brincar e para estar na Escola
- [PJR n.º 392/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil.

O texto final foi aprovado por unanimidade com votos a favor dos Deputados do PSD, do PS, do CH, do BE, do PCP e do L, encontrando-se ausentes os Deputados do CDS-PP.

As gravações da discussão e votação na especialidade, o texto final e o relatório de votações estão disponíveis nas páginas das iniciativas.

3. Discussão e votação do [Projeto de voto de congratulação n.º 519](#), do CH, *De congratulação pelo Dia Mundial da Educação*

No seguimento do acordado na anterior reunião de Comissão o Senhor Deputado José de Carvalho (CH), apresentou o projeto de voto do seu grupo parlamentar, reformulado, com vista a ser assumido pela Comissão.

Pronunciaram-se de seguida as Senhoras Deputadas Rosário Gambôa (PS), Maria José Aguiar (CH) e Patrícia Gilvaz (IL) fazendo uma pequena sugestão de alteração ao texto.

O projeto de voto, com a alteração introduzida, foi aprovado por unanimidade com votos a favor dos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE e do L, encontrando-se ausentes os Deputados do PCP e do CDS-PP.

4. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 367/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – *Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o ensino particular e cooperativo*

A redação final foi fixada por com os votos a favor dos Deputados do PSD, do CH e da IL, com a abstenção do PS, do BE e do L, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do CDS-PP.

5. Audiência à FENPROF e outras 4 organizações sindicais, para abordarem a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce na Infância (IPI)

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da FENPROF, da Associação Nacional de Intervenção Precoce - ANIP e da Associação Nacional de

Docentes de Educação Especial - Pró-Inclusão, (identificadas na [página da audição](#)), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF, referiu o seguinte, em síntese:

1. O tema já deveria estar resolvido, uma vez que na XIV legislatura tinha sido aprovada uma [resolução que recomendava ao Governo que criasse um grupo de recrutamento na área da intervenção precoce na infância](#), que apenas não contou com o voto favorável do Partido Socialista, não por estar contra a criação do grupo mas por considerar ser necessário realizar mais alguns estudos mas posteriormente reconheceu a necessidade do grupo, prevendo a sua criação no Orçamento do Estado para 2021;
2. Apesar do consenso parlamentar sobre esta matéria, em reunião recente com o Ministério da Educação, foram surpreendidos com a posição do Secretário de Estado que manifestou incerteza sobre a criação do grupo;
3. A falta de decisão compromete a qualidade da resposta no âmbito da intervenção precoce.

Isabel Felgueiras, membro da direção da ANIP; Maria João Lopes, vice-presidente da direção da Pró-Inclusão e Ana Simões, membro do Secretariado Nacional da FENPROF referiram o seguinte em resumo:

1. A necessidade da criação de um grupo de recrutamento para intervenção precoce é um tema discutido há anos;
2. Portugal é visto como um modelo inovador de intervenção precoce, sendo um dos poucos países com uma governação integrada entre os Ministérios da Educação, Saúde e Segurança Social;
3. Persiste o erro de aplicar metodologias do ensino tradicional ao trabalho com crianças pequenas, desconsiderando as suas necessidades específicas de aprendizagem;
4. Os profissionais que atuam na intervenção precoce devem ter formação específica, pois crianças pequenas aprendem de forma diferente das mais velhas;
5. Atualmente, há casos de professores sem formação adequada, como docentes do secundário, a trabalhar com bebés e famílias, comprometendo a eficácia da intervenção precoce;

6. Existem pós-graduações, mestrados e doutoramentos em intervenção precoce em várias instituições de ensino superior, tornando injustificável a ausência de um grupo de recrutamento específico;
7. A alocação de docentes para intervenção precoce é feita de forma aleatória, por convite ou decisão dos diretores, sem critérios claros e adequados;
8. A criação do grupo de recrutamento permitiria uma distribuição mais eficaz dos profissionais, otimizando os recursos disponíveis para a educação inclusiva;
9. A intervenção precoce melhora a adaptação das crianças à escola, reduzindo a necessidade de medidas adicionais no futuro e promovendo uma inclusão mais eficiente;
10. O grupo de recrutamento facilitaria a proximidade entre docentes e equipas multidisciplinares (EMAI), promovendo um trabalho integrado e mais eficaz;
11. Em conclusão: são necessários docentes com formação especializada, e esses docentes precisam de estabilidade nos quadros dos agrupamentos para dar continuidade ao trabalho com as crianças e famílias, ano após ano, e para isso é necessária a criação de um grupo de recrutamento específico para esta área.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Rosário Gambôa (PS), Luísa Areosa (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP) e Filipa Pinto (L) que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes das associações sindicais mencionaram o seguinte, em síntese:

1. Antes de 2009, não existiam grupos de recrutamento na educação especial, levando a contratações aleatórias e pouco qualificadas. A criação de grupos de recrutamento resolveu esse problema na altura;
2. A intervenção precoce é frequentemente assegurada por docentes do grupo 910, que abrange desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, levando a colocações de professores sem formação específica;
3. Muitos professores, sem preparação adequada, enfrentam desafios significativos ao lidar com famílias e bebés, sentindo-se inseguros na sua atuação;
4. A criação de um grupo de recrutamento não implicaria custos adicionais, pois os docentes já fazem parte do sistema, apenas sendo necessário organizar melhor a sua alocação;

5. A intervenção precoce é da responsabilidade conjunta dos Ministérios da Educação, Saúde e Segurança Social, com diferentes contribuições e parcerias com organizações não-governamentais;
6. Das 166 equipas locais de intervenção (ELIs) que prestam apoio a cerca de 28 mil crianças, a maioria dos profissionais são docentes, reforçando o seu papel crucial na intervenção precoce;
7. A criação de um grupo de recrutamento daria maior legitimidade e reconhecimento à intervenção precoce, protegendo-a de potenciais retrocessos administrativos;
8. O grupo de recrutamento está alinhado com o [Decreto-Lei n.º 54/2018](#) e a [Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro](#), promovendo um trabalho preventivo e colaborativo para reduzir barreiras à aprendizagem;
9. A escola já trabalha com equipas multidisciplinares (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas), e um grupo específico para intervenção precoce reforçaria essa colaboração;
10. A transição das crianças dos 0 aos 3 anos para o ensino pré-escolar deve ser mais bem estruturada, garantindo a continuidade do acompanhamento e otimizando os recursos já existentes.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na [página da audição](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

#### 6. Audiência à FENPROF sobre o suplemento remuneratório a docentes deslocados

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da FENPROF (identificada na [página da audição](#)), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Os membros da delegação referiram o seguinte, em síntese:

1. Os apoios que foram criados para os docentes deslocados são importantes, mas houve uma discriminação em relação a docentes de outras escolas, sendo que o critério para atribuição é os alunos não terem tido aulas durante 60 dias no ano anterior (o que ignora os esforços das escolas em contornar a falta de professores) e isso gera situações aleatórias e injustiças;
2. Não há casos de professores a ganhar menos devido ao subsídio, exceto por erro da escola no processamento;

3. Apenas foram beneficiados os docentes de 234 escolas, ficando de fora 574 escolas e agrupamentos, verificando-se, como aconteceu em Coimbra, que escolas com menos dificuldades foram incluídas, enquanto as mais necessitadas ficaram de fora;
4. Em Faro, apenas uma escola ficou sem apoio, criando injustiça e desigualdade;
5. As faltas dos professores verificam-se por regiões e não por escolas, pelo que o apoio por estas é desadequado;
6. Uma professora, deslocada de Paços de Ferreira para Sintra, deu testemunho sobre a sua situação, sendo que é portadora de uma mutação genética grave, foi-lhe atribuída uma incapacidade de 78%, tem dificuldade em conciliar os tratamentos médicos com a distância (dá aulas a 330 km do hospital onde é seguida), tem receio de que a mobilidade por doença não lhe seja concedida, sendo que a lista das doenças e incapacidades é de 1989 e tem critérios desatualizados, os custos de habitação são elevados e associados aos da deslocação tornam a profissão pouco atrativa, pelo que pede a revisão da lista de doenças incapacitantes e a ampliação dos apoios à deslocação;
7. Outro professor transmitiu que está deslocado de Montemor-o-Velho para Setúbal, dá aulas de cinco disciplinas, incluindo algumas para as quais não tem formação específica, vive em condições precárias, mudando frequentemente de alojamento, tem gastos elevados com deslocação (30-40% do salário), a falta de estabilidade prejudica a vida pessoal, familiar e pedagógica e não tem apoio à deslocação, por não estar numa escola classificada como carenciada, apesar da distância percorrida;
8. Solicitam a revisão dos critérios de apoio para incluir todos os professores deslocados, a atualização da lista de doenças incapacitantes, o retorno ao prazo de seis meses para inscrição na ADSE e condições dignas para os professores deslocados, garantindo a estabilidade profissional e pessoal.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Pedro Alves (PSD), Isabel Ferreira (PS), José Carvalho (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP), Joana Mortágua (BE) e Filipa Pinto (L) que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas pelos Senhores Deputados, os representantes da FENPROF mencionaram o seguinte, em síntese:

1. O concurso externo extraordinário foi importante, permitiu a vinculação de 1.094 professores, mas não aumentou significativamente o número de professores nas escolas, pois 829 ficaram onde já estavam;
2. De harmonia com a informação do Senhor Ministro, apenas 55 professores aposentados regressaram às escolas em 19 de dezembro;
3. O Ministério ainda não divulgou números sobre os doutorados, mestres e investigadores vinculados, havendo falta de transparência, pelo que vão instaurar um processo para uma intimação judicial visando a obtenção dos dados;
4. Louvam o PS por ter requerido a apreciação parlamentar do [Decreto-Lei n.º 57-A/2024](#), de 13 de setembro ([Apreciação Parlamentar 2/XVI/1.ª](#)), que aprovou o apoio extraordinário aos docentes deslocados e consideram que é importante para corrigir discriminações, realçando ainda que as escolas que não são classificadas como carenciadas podem estar a ser mantidas por esforço individual dos professores;
5. Estão em curso negociações para a revisão do Estatuto da Carreira Docente;
6. A atualização da lista de doenças incapacitantes é essencial para abranger novas situações e foram detetadas irregularidades em mobilidade por doença devido a doenças não incluídas naquela lista;
7. A FENPROF tem relacionamento com todos os partidos, independentemente da sua ideologia, desde que respeitem valores democráticos, a tolerância e a diversidade.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na [página da audição](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

#### 7. Aprovação das atas de reuniões anteriores

Este ponto foi adiado.

#### 8. Comunicações da Presidente

##### 8.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

iii. Projetos de Lei – Generalidade

iv. Projetos de Resolução – Generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 588/XVI/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto
  - ✓ Comunicação da baixa à Comissão: 23/01
  - ✓ O PS pretende a sua discussão em Comissão ou em Plenário? No caso de discussão em Comissão, agendar para uma próxima reunião (consoante as disponibilidades de agenda) ou aguardará indicação do PS?

Este ponto foi adiado.

8.2. Súmulas das audições do Grupo de Trabalho do RJIES nos dias 9, 14 e 15 de janeiro, das seguintes entidades:

- [Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais \(FNSTFPS\)](#)
- [Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior \(A3ES\)](#)
- [Rede Portuguesa de Provedores do Estudante do Ensino Superior \(RPE\)](#)
  - ✓ Distribuídas a todos os Deputados
  - ✓ Aprovadas?

Este ponto foi adiado.

8.3. Audiência ao [Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Me-CDPD\)](#)

- ✓ Na reunião de 14/01 foi deliberado agendar a audiência para 22/01
- ✓ Os representantes do Mecanismo não tiveram disponibilidade para 22/1 ou 4/2 e propõem o dia 11/2 (terça-feira)
- ✓ Há acordo?

Este ponto foi adiado.

#### 9. Data da próxima reunião

- Reunião da Mesa e Coordenadores: 30 de janeiro, 14h00
- Reunião da Comissão: 04 de fevereiro – 15h00
  
- ✓ Audiência à [Federação Sindical da Administração Pública \(FESAP\)](#), para se pronunciar sobre a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública – 15h00 – Confirmado
  
- ✓ Audiência à equipa do projeto de investigação "[Equidade Educativa através do PISA: Resultados e Discursos](#)", para apresentação dos principais resultados do projeto - 15h45 – Confirmado
  
- ✓ Audição dos peticionários da [petição n.º 124/XVI/1.ª](#) - Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança – 16h30 – a confirmar
  - Admitida em 14/01/2025
  - N.º de assinaturas: 10645
  - Deputado relator: Isabel Ferreira (PS)

A reunião foi encerrada às 15:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2025

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**Manuela Tender**

## Comissão de Educação e Ciência

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)  
Ângela Almeida (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Eduardo Pinheiro (PS)  
Isabel Ferreira (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Sofia Canha (PS)  
Diva Ribeiro (CH)  
José Carvalho (CH)  
Manuela Tender (CH)  
Maria José Aguiar (CH)  
Patrícia Gilvaz (IL)  
Joana Mortágua (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Filipa Pinto (L)  
Joaquim Barbosa (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
José Barreira Soares (CH)  
Rita Matias (CH)  
Luísa Areosa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eva Brás Pinho (PSD)  
Sonia Dos Reis (PSD)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Paulo Nuncio (CDS-PP)